



A Língua(gem) como Ferramenta em Tempos de Crise: uma Reflexão sob a Tensão Política e Social em Moçambique no Período Pós-Eleitoral (2024–2025)

Language as a Tool in Times of Crisis: a Reflection on Political and Social Tension in Mozambique in the Post-Electoral Period (2024–2025)

Elisa Langa Mavulula¹
Janete Azizi²

RESUMO

A linguagem exerce um papel central na mediação de crises políticas e sociais, especialmente em contextos de instabilidade como o que Moçambique enfrentou no período pós-eleitoral de 2024–2025. Este artigo analisa como a linguagem foi utilizada como instrumento de poder, resistência e mobilização durante este período. Através de uma abordagem qualitativa que combina análise de discurso crítica, análise de conteúdo de redes sociais e revisão bibliográfica, foram identificados padrões linguísticos nos discursos oficiais, na mídia tradicional e nas plataformas digitais. Os resultados revelam que o governo moçambicano adotou uma comunicação unidirecional, predominantemente em português, excluindo comunidades que se expressam em línguas locais. Por outro lado, líderes comunitários e movimentos juvenis utilizaram as línguas locais como ferramentas de resistência e expressão identitária, promovendo narrativas alternativas e ações de engajamento político. As redes sociais, ao mesmo tempo que funcionaram como catalisadores de mobilização, também foram palco de desinformação e discursos de ódio. O artigo conclui que a exclusão linguística agrava desigualdades sociais e limita a eficácia das comunicações em tempos de crise. Recomenda-se a adoção de políticas públicas que promovam a inclusão linguística, a descentralização da comunicação e o fortalecimento de canais de diálogo intercultural. A valorização das línguas locais e a capacitação de líderes comunitários são estratégias essenciais para construir um espaço público mais democrático, reduzir tensões e fomentar a coesão nacional. Assim, a linguagem, mais do que um meio de expressão, revela-se uma ferramenta estratégica para transformar conflitos em oportunidades de reconciliação.

Palavras-chave: linguagem, crise política, línguas locais, análise de discurso, redes sociais, inclusão linguística.

ABSTRACT

Language plays a central role in mediating political and social crises, especially in contexts of instability such as Mozambique's post-electoral period of 2024–2025. This article analyzes how language was used as a tool of power, resistance, and mobilization during this time. Using a qualitative approach that combines critical discourse analysis, content analysis of social media, and literature review, linguistic patterns were identified in official discourse, traditional media, and digital platforms. The findings reveal that the Mozambican government adopted a unidirectional communication strategy, predominantly in Portuguese, which excluded communities that communicate through local languages. On the other hand, community

¹ Docente de Língua Ingles e pesquisadora – Universidade Save, Massinga – Moçambique. Email: Mavu01@yahoo.com.br

² Docente da Língua inglesa e pesquisadora - Universidade Rovuma, Nampula - Moçambique. Email: azizi.janete@yahoo.com.br



leaders and youth movements used indigenous languages as tools of resistance and identity expression, promoting alternative narratives and political engagement. Social media served both as a catalyst for mobilization and as a platform for misinformation and hate speech. The article concludes that linguistic exclusion exacerbates social inequalities and undermines the effectiveness of communication in times of crisis. It recommends public policies that promote linguistic inclusion, decentralize communication, and strengthen channels for intercultural dialogue. Valuing local languages and empowering community leaders are essential strategies to build a more democratic public space, reduce tensions, and foster national cohesion. Thus, language—more than just a means of communication—emerges as a strategic tool for transforming conflict into opportunities for reconciliation.

Keywords: language, political crisis, local languages, discourse analysis, social media, linguistic inclusion

1. INTRODUÇÃO

A linguagem desempenha um papel central na mediação de crises políticas e sociais, funcionando tanto como veículo de tensão quanto de possível reconciliação. Em contextos como Moçambique, marcado por uma diversidade cultural e linguística significativa, a comunicação eficaz pode influenciar profundamente o desfecho de crises. De acordo com Timbane (2013), Moçambique apresenta um mosaico de línguas, com o português como língua oficial e outras línguas locais desempenhando papéis cruciais na coesão cultural e no engajamento comunitário. Essa diversidade pode ser um recurso poderoso, mas também um desafio quando mal gerida, exacerbando desigualdades sociais e econômicas.

Conforme observado por Castells e Borja (1996), políticas públicas e linguísticas que promovam a inclusão são essenciais para superar desigualdades e alcançar justiça social. No entanto, a falta de estratégias de comunicação bidirecional, especialmente nas respostas governamentais, muitas vezes transforma a comunicação em uma ferramenta reactiva e unilateral (Cartamz.com, 2023). Essa abordagem limita o potencial da linguagem como meio de mitigação de tensões e resolução de conflitos.

A crise política recente em Moçambique, envolvendo manifestações e tensões comunitárias, evidencia como a comunicação inadequada pode aprofundar divisões sociais. A polarização entre diferentes segmentos populacionais e a instrumentalização de jovens em contextos de violência ressaltam a necessidade de estratégias comunicacionais mais inclusivas e transformadoras (O.Económico, 2023). Além disso,



as políticas de comunicação governamental devem evoluir para integrar a descentralização e priorizar a construção de confiança e diálogo nacional.

Portanto, a gestão estratégica da linguagem é fundamental para transformar crises em oportunidades de diálogo e unidade. Como argumentado por especialistas, a implementação de plataformas de comunicação inclusivas, combinada com políticas linguísticas sólidas, pode oferecer soluções sustentáveis e promover um futuro mais harmonioso para Moçambique.

A linguagem exerce um papel multifacetado em contextos de crise, podendo tanto intensificar divisões quanto promover reconciliação e coesão social. Em Moçambique, a diversidade linguística e cultural é uma característica marcante, mas também um desafio em situações de instabilidade sociopolítica. O português, como língua oficial, actua como uma ponte institucional, mas frequentemente se desconecta das línguas locais que têm importância vital na comunicação comunitária e na construção de identidades regionais (Timbane, 2013).

Durante crises, a linguagem torna-se uma ferramenta estratégica para a gestão de tensões. De acordo com Castells e Borja (1996), a comunicação em sociedades multiculturais precisa ser inclusiva, garantindo que diferentes grupos sejam ouvidos e representados. Em Moçambique, no entanto, a comunicação governamental frequentemente adopta um modelo unidirecional, priorizando respostas reactivas a crises, como observado no papel do GABINFO (Cartamz.com, 2023). Esse modelo limita a capacidade de construir narrativas que engajem diferentes segmentos populacionais, exacerbando polarizações.

Manifestações recentes em Moçambique demonstram como a comunicação pode tanto unir quanto dividir. As tensões políticas e sociais, amplificadas por discursos inflamados e pelo uso instrumentalizado das redes sociais, ilustram o poder da linguagem em moldar percepções e reforçar identidades conflitantes (O.Económico, 2023). Jovens, frequentemente os mais impactados por crises econômicas e sociais, são um público-chave, mas também um dos mais marginalizados nos discursos oficiais.

A implementação de políticas linguísticas que valorizem línguas locais e promovam o bilinguismo pode ser uma solução para fortalecer o diálogo. Além disso, plataformas inclusivas de comunicação, que integrem governos, sociedade civil e comunidades locais,



são cruciais para transformar crises em oportunidades de engajamento e unidade. Segundo Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), a valorização da língua local é essencial para empoderar comunidades e construir pontes de entendimento.

Dessa forma, a linguagem é mais do que um meio de expressão; é um recurso estratégico em tempos de crise, com o potencial de redefinir narrativas e promover uma reconciliação sustentável. Para Moçambique

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Linguagem como ferramenta de poder e mediação

A linguagem é um dos instrumentos mais potentes na configuração das relações sociais e políticas. Conforme Fairclough (1992), o discurso tem uma função constitutiva das práticas sociais — ele não apenas representa a realidade, mas a constrói. Em contextos de crise, a forma como os discursos são construídos e disseminados pode influenciar profundamente a opinião pública, legitimar ações governamentais e moldar resistências.

Moçambique, com sua multiplicidade cultural e linguística, representa um caso emblemático de como a linguagem é uma arena de disputa. O português, enquanto língua oficial, é utilizado nos meios formais, mas não é falado fluentemente pela maioria da população, sobretudo em zonas rurais (Timbane, 2013). Isso levanta uma questão: até que ponto o Estado moçambicano comunica-se, de fato, com seu povo em momentos críticos?

2.2. A exclusão linguística como forma de dominação

Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), ao criticar o colonialismo linguístico, argumenta que a imposição de uma língua oficial desconectada da cultura local é uma forma de alienação. Em Moçambique, o uso exclusivo do português nas comunicações de Estado muitas vezes exclui os falantes de línguas bantu, como changana, macua ou sena, dificultando seu acesso à informação e à participação cívica plena.

Mazrui (1998) complementa que essa exclusão não é apenas comunicativa, mas também simbólica: ela nega a legitimidade cultural desses grupos e perpetua hierarquias coloniais.



Em tempos de crise, isso torna-se ainda mais grave, pois a ausência de comunicação eficaz pode gerar desinformação, boatos e medo — todos combustíveis para o agravamento das tensões.

2.3. Comunicação em tempos de crise

Castells e Borja (1996) sublinham a importância da comunicação bidirecional como componente central da governança democrática, especialmente em contextos multiculturais. A crise pós-eleitoral em Moçambique evidenciou um modelo de comunicação predominantemente vertical e reativo, no qual o governo priorizou comunicados técnicos e autorreferenciais, ignorando o pluralismo linguístico e o diálogo com a população.

Essa estratégia, longe de pacificar, intensificou a percepção de exclusão e alimentou discursos de resistência, como evidenciado nas redes sociais e nos protestos de rua em Maputo, Beira e Nampula. O espaço digital, conforme apontam Boyd e Ellison (2007), tornou-se uma arena alternativa para a circulação de narrativas, inclusive dissidentes, com hashtags como **#MudançaJá** e **#VozDoPovo** **# Povo no poder** **# já não há nada/ ANAMALALA** ganhando força. Em Moçambique, o uso crescente do Facebook e WhatsApp como fontes primárias de informação foi documentado por Santos et al. (2023), que apontam para o desafio da desinformação em ambientes com baixo nível de alfabetização midiática.

Diversos autores destacam que a comunicação de crise eficaz deve incluir a participação das comunidades locais e a valorização das línguas indígenas, visto que a compreensão e o engajamento são facilitados quando as mensagens são transmitidas em códigos linguísticos familiares (Ponzio, 2016; Nunn & Bianco, 2019). Isso reforça a importância de políticas públicas que descentralizem a comunicação e promovam um diálogo intercultural, o que pode contribuir para a pacificação e a reconstrução da confiança entre os atores sociais.



2.4. Discurso, redes sociais e a crise da confiança

As redes sociais intensificam o alcance dos discursos e aceleram a construção de narrativas alternativas. Bardin (2011) observa que, embora úteis para o engajamento cívico, elas também são propensas à disseminação de desinformação. Em Moçambique, o impacto das redes sociais na crise da confiança não pode ser compreendido sem analisar a heterogeneidade dos grupos sociais envolvidos e suas diferentes formas de interação com a informação digital. Estudos recentes indicam que jovens urbanos, especialmente nas províncias de Maputo, Nampula e Cabo Delgado, utilizam intensamente plataformas como Facebook e WhatsApp para se informar e expressar suas opiniões políticas (Santos et al., 2023). Contudo, essa ampla circulação também favoreceu a disseminação de mensagens distorcidas e narrativas conspiratórias.

Um caso emblemático aconteceu em fevereiro de 2025, quando uma série de áudios falsos atribuídos a líderes comunitários e políticos foram compartilhados em grupos de WhatsApp em Nampula, alegando supostas manipulações nas eleições municipais. Essa situação gerou conflitos locais, como ataques a escritórios partidários e ameaças a líderes comunitários, que denunciaram a manipulação das mensagens para fomentar o medo e a desconfiança entre os cidadãos. Por outro lado, essas mesmas plataformas foram utilizadas por líderes comunitários para promover a paz, em vídeos publicados em changana e macua, apelando ao fim dos confrontos. Esse contraste demonstra o papel ambíguo da linguagem digital: tanto ferramenta de radicalização quanto de reconciliação.

Esses elementos confirmam as análises de Fairclough (1995) sobre o poder do discurso em moldar percepções sociais e a importância de uma comunicação pública que dialogue com as diversas realidades culturais e sociais. Complementarmente, a teoria das “bolhas informacionais” de Sunstein (2018) ajuda a explicar como a segmentação das redes sociais dificulta a construção de consensos e amplia a polarização.

Para mitigar essa crise, torna-se imprescindível investir em alfabetização midiática, fortalecendo a capacidade crítica dos cidadãos no uso das redes sociais, além de promover a inclusão digital em áreas remotas e desfavorecidas. A transparência nas comunicações governamentais e o envolvimento direto das comunidades locais em processos participativos de decisão são caminhos para restaurar a confiança social e política.



2.5. A importância da linguagem na mediação de conflitos

A linguagem é um instrumento fundamental na mediação de conflitos, pois ela não apenas expressa pensamentos e emoções, mas também molda percepções, constrói realidades sociais e pode facilitar ou dificultar a resolução pacífica de tensões. No contexto moçambicano, onde conflitos de natureza política, social e étnica são recorrentes, o papel da linguagem na mediação torna-se ainda mais crucial para promover o diálogo e evitar escaladas violentas. Segundo Lederach (1995), um dos principais teóricos em resolução de conflitos, a linguagem deve ser usada como uma ferramenta para reconstruir relacionamentos quebrados. Para Lederach, a mediação eficaz depende de um discurso que vá além das posições rígidas e que permita a expressão das necessidades e emoções das partes envolvidas. A Teoria da Comunicação Não Violenta (CNV), proposta por Rosenberg (2003), enfatiza a importância de uma linguagem empática e respeitosa. A CNV propõe uma comunicação que evita julgamentos e acusações, focando em ouvir as necessidades humanas universais e promover a compreensão mútua.

Por outro lado, Habermas (1984) destaca o papel da linguagem no estabelecimento de um “espaço público” racional onde o diálogo pode ocorrer de forma igualitária e transparente. Para ele, a mediação de conflitos requer um discurso livre de coerções e manipulações para alcançar um consenso legítimo, por exemplo, O prolongado conflito e tensões no nosso País tem mostrado como o uso de uma linguagem carregada de estigmas e exclusões pode aprofundar a crise. A rotulagem de comunidades locais como “terroristas, manifestantes, ladroes”, sem uma mediação discursiva adequada, alimenta o sentimento de exclusão e resistência, dificultando o diálogo. E ainda, Durante as eleições gerais de 2024, a retórica inflamada em discursos políticos e a disseminação de mensagens polarizadoras pelas redes sociais agravaram a crise de confiança entre partidos rivais. Ribeiro (2023), filósofa e ativista, destaca que a linguagem é um “campo de batalha simbólico” onde são construídas as identidades e as injustiças. Para ela, a mediação só será efetiva se houver um reconhecimento das vozes marginalizadas, o que depende de uma linguagem inclusiva e plural. Ainda sob mesma visão, Pires (2024), especialista em comunicação e mediação, argumenta que “a escolha das palavras em situações de crise não é neutra; ela pode abrir espaço para a reconciliação ou para o aumento da hostilidade”. Ele defende a capacitação de agentes comunitários e líderes políticos na comunicação não



violenta como estratégia fundamental. E para finalizar este pensamento, Cossa (2023), professora universitária em sociolinguística, a mediação deve considerar a diversidade linguística e cultural de Moçambique, que possui mais de 40 línguas nacionais. Segundo ela, “usar a língua materna das partes é um gesto simbólico de respeito e uma ferramenta poderosa para a resolução de conflitos”.

Lederach (1997) propõe que a construção da paz passa por reconhecer as vozes marginalizadas e criar espaços seguros para o diálogo. Nesse sentido, incluir as línguas locais nos processos de comunicação de crise é mais do que uma questão técnica — é um imperativo democrático. Em Moçambique, acções como as campanhas de saúde pública contra a cólera, conduzidas em línguas locais nas zonas rurais de Gaza e Zambézia, mostraram eficácia ao aproximar as mensagens do cotidiano da população (Timbane, 2013).

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com ênfase em análise de discurso, análise de conteúdo e revisão documental. O objetivo é compreender de forma aprofundada como a linguagem foi utilizada estrategicamente por diferentes atores sociais e políticos em Moçambique durante o período pós-eleitoral de 2024–2025.

3.1. Análise de Discurso Crítica

Inspirada em Fairclough (1992), a análise de discurso crítica foi utilizada para examinar pronunciamentos políticos, comunicados oficiais e falas públicas veiculadas nos principais canais de comunicação nacionais — incluindo a Rádio Moçambique, a TVM e redes sociais. O foco esteve nas estratégias linguísticas utilizadas para reforçar ideologias, justificar acções de Estado ou delegitimar opositores.

3.2. Análise de Conteúdo de Mídias Sociais

Com base em Bardin (2011), foram analisadas publicações em redes sociais (Facebook, TikTok e WhatsApp), observando hashtags populares como **#MudançaJá**, **#ResistênciaMoçambique** e **#PazNasZonasRurais**. A coleta dos dados foi feita de novembro de 2024 a março de 2025, período crítico de mobilizações.



3.3. Revisão Bibliográfica e Contextual

A pesquisa dialoga com autores africanos e moçambicanos, como Ngũgĩ wa Thiong'o, Timbane, Mazrui e Lederach, além de publicações recentes em portais como *O País*, *Cartamz.com* e *O Económico*. Também foram considerados relatórios da sociedade civil, como o Observatório Cidadão para a Transparência Eleitoral e o Centro de Integridade Pública (CIP).

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revela padrões linguísticos, ideológicos e sociais que se manifestaram em diversos espaços: mídia tradicional, redes sociais e nas ruas. A seguir, destacamos os principais achados.

4.1. O discurso oficial e a linguagem da unidade

Após a divulgação dos resultados eleitorais, marcados por denúncias de irregularidades em algumas assembleias de voto, o governo adotou um discurso de estabilidade e segurança. Frases como “*Estamos todos juntos pela paz*” ou “*O Estado garante a ordem*” foram repetidas em diferentes plataformas. Apesar disso, tais discursos foram emitidos exclusivamente em português, o que os tornou distantes para parte significativa da população rural.

Exemplo: Em Chókwè (província de Gaza), líderes comunitários relataram que os jovens não entenderam os comunicados de apelo à calma, pois foram transmitidos apenas em português na rádio nacional.

4.2. Resistência linguística e o uso das línguas locais

Nas zonas norte e centro de Moçambique, onde a oposição tem tradicionalmente maior apoio, foi observado um uso consciente das línguas locais como ferramenta de mobilização. Vídeos em macua e sena circularam pelo WhatsApp conclamando à resistência pacífica e questionando a legitimidade dos resultados eleitorais.



Exemplo: Em Nampula, um líder juvenil publicou um vídeo em macua com a frase: “*O povo não pode ser calado na língua que entende. A verdade será dita em nossa voz*”. O vídeo teve mais de 15 mil partilhas em dois dias.

4.3. Desinformação e discursos de ódio nas redes sociais

A análise de conteúdo das redes sociais revelou a circulação de discursos polarizados e, em alguns casos, incitadores de violência. Um áudio falso atribuído ao Ministro do Interior — prometendo “reprimir sem piedade os traidores da pátria” — viralizou no Facebook, aumentando o clima de medo em bairros da Matola e de Beira.

Exemplo: Em fóruns do Telegram, circularam mensagens afirmando que certas etnias seriam “perseguidas”, embora sem provas. Isso gerou tensão entre grupos em bairros multiétnicos.

4.4. Iniciativas comunitárias de pacificação linguística

Apesar da polarização, algumas organizações locais usaram a linguagem como ponte de diálogo. Em Quelimane, por exemplo, a associação *Mulheres pela Paz* promoveu rodas de conversa em língua sena, com jovens e idosos, para desmentir rumores e promover reconciliação comunitária.

Exemplo: Em uma dessas sessões, uma anciã declarou: “*Quando falamos na nossa língua, lembramos que somos da mesma terra. Os políticos passam, mas o nosso povo fica*”.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a linguagem, em tempos de crise, é mais do que uma ferramenta de comunicação: ela é um campo de disputa simbólica, ideológica e social. Em Moçambique, as tensões pós-eleitorais de 2024–2025 revelaram o papel central da linguagem na construção de narrativas, no reforço de identidades políticas e regionais, e na mobilização — tanto para a paz quanto para o conflito.



Observou-se que o discurso governamental, apesar de enfatizar estabilidade e união, mostrou-se limitado por sua exclusividade linguística e verticalidade comunicacional. Ao desconsiderar o plurilinguismo do país, especialmente o uso cotidiano das línguas locais, o Estado falhou em engajar de forma eficaz e empática grandes segmentos da população.

Ao mesmo tempo, atores comunitários e grupos opositores demonstraram como o uso estratégico das línguas maternas pode servir como forma de resistência e expressão de cidadania. Redes sociais e aplicativos de mensagens, embora tenham potencializado a difusão de desinformação e ódio, também serviram como espaço alternativo para circulação de narrativas de esperança, denúncia e mobilização pacífica.

Portanto, a gestão linguística e comunicacional de crises em Moçambique precisa ser repensada. A promoção de uma comunicação inclusiva, descentralizada e culturalmente situada é não apenas desejável, mas essencial para a construção de uma sociedade democrática, coesa e resiliente.

5.2. Recomendações

Com base nas análises e teorias discutidas, propõem-se as seguintes recomendações para governos, sociedade civil e comunicadores:

1. Incorporação das línguas locais nas comunicações oficiais

- Campanhas públicas, alertas de segurança e pronunciamentos devem ser traduzidos para línguas predominantes por região, como changana, sena, macua, tsonga, entre outras.
- Isso assegura a compreensão ampla da mensagem e promove a inclusão cultural.

2. Formação de líderes comunitários como mediadores linguísticos

- Capacitar líderes locais para traduzir, interpretar e mediar mensagens entre o Estado e a população em contextos de crise.
- Esses mediadores também podem combater rumores e promover coesão social.

3. Desenvolvimento de estratégias éticas nas redes sociais



- Monitorar e intervir de forma ética em situações de desinformação, promovendo campanhas digitais com conteúdo verificável e inclusivo.
- Utilizar influenciadores locais para disseminar mensagens em línguas locais com credibilidade comunitária.

4. Criação de observatórios de discurso e linguagem em contextos políticos

- Universidades e centros de pesquisa devem monitorar os usos estratégicos da linguagem em períodos eleitorais e de crise.
- Isso contribuirá para políticas linguísticas mais informadas e democráticas.

5. Promoção de educação bilíngue e multilíngue

- Investir no ensino formal de línguas locais nas escolas como forma de valorizar a identidade cultural e promover cidadania linguística desde a infância.

6. Fomento a fóruns de diálogo intercultural

- Incentivar encontros locais com linguagens acessíveis, onde a população possa expressar opiniões e cocriar soluções para os conflitos.
- Usar rádios comunitárias, teatros populares e plataformas digitais com conteúdo multilíngue.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Boyd, D. M., & Ellison, N. B. (2007). Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 210-230.
<https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>

Castells, M., & Borja, J. (1996). *Local y global*. Ediciones Akal.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.

Ngugi wa Thiong'o. (1986). *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. Heinemann.



- Timbane, E. (2013). Desafios da educação plurilingue em Moçambique: Uma análise do ensino e aprendizagem da língua portuguesa em contextos rurais. *Cadernos de Pesquisa*, 43(151), 372-389
- artamz.com. (2023). Impacto da linguagem na comunicação política e social em Moçambique. *Cartamz.com*. Disponível em: <https://cartamz.com/impacto-da-linguagem/>
- O. Económico. (2023). A importância da comunicação inclusiva nas crises políticas em Moçambique. *O.Económico*. Disponível em: <https://www.oeconomico.co.mz/ponte-a-linguagem-comunicacao/>
- Lederach, J. P. (1997). *Building peace: Sustainable reconciliation in divided societies*. United States Institute of Peace Press.
- Bardin, L. (2011). *L'analyse de contenu*. Presses Universitaires de France.
- Castells, M., & Borja, J. (1996). *La Ciudad de los Individuos*. Taurus.
- Henriksen, P. (2010). *Language, ideology and discourse: An introduction*. Edinburgh University Press.
- Mazrui, A. (1998). *The Power of Babel: Language and Governance in the African Experience*. University of Chicago Press.
- Ngugi wa Thiong'o. (1986). *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. James Curr
- Santos, P., Mussa, J., & Chissano, L. (2023). Social Media and Misinformation in Mozambique's Political Landscape. *African Media Studies*, 8(1), 89-104.
- Sunstein, C. R. (2018). *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton University Press.
- Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society (Vol. 1)*. Beacon Press.
- Lederach, J. P. (1995). *Preparing for peace: Conflict transformation across cultures*. Syracuse University Press.
- Pires, L. P. (2024). *Comunicação de crise e linguagem em contextos de conflito político*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane – Departamento de Ciências da Comunicação.
- Ribeiro, D. (2023). *Lugar de fala*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rosenberg, M. B. (2003). *Nonviolent Communication: A Language of Life*. PuddleDancer Press.



Santos, J., Macuácuá, P., & Mbanze, C. (2023). Juventude e redes sociais em Moçambique: Ativismo, identidade e desinformação. Maputo: Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA-Moçambique)